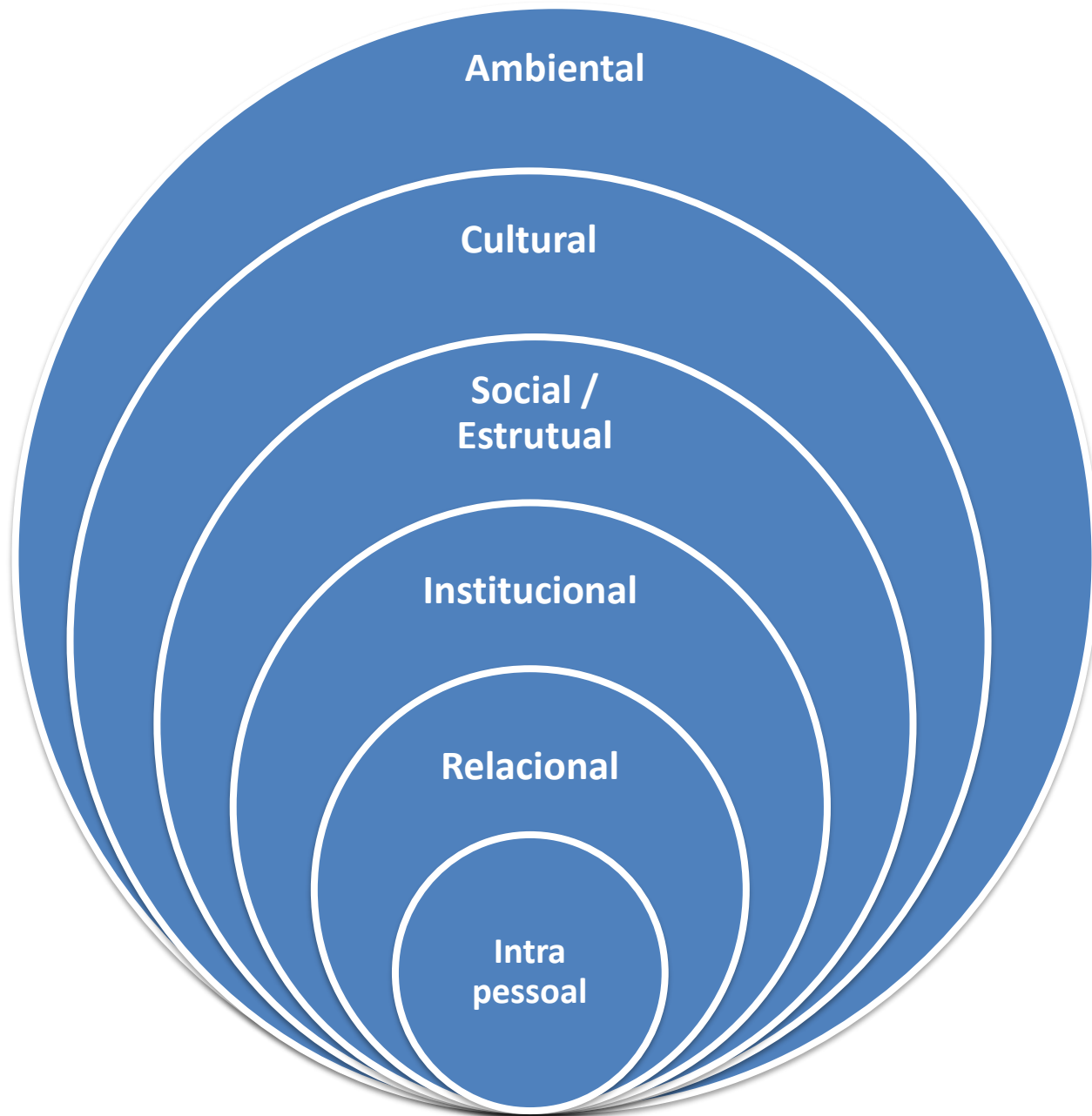




Sobre 8 deslocamentos da Justiça Retributiva para uma Justiça Restaurativa

Dr^a Petronella Maria Boonen
www.cdhep.org.br – nelly@cdhep.org.br



Dimensões
do conflito
/violência

Deslocamento do foco temporal

Justiça Retributiva



Restaurativa

O que **ele / ela** fez?

Passado

O que **nós** podemos
fazer para mudar
esta situação?

Futuro

Deslocamento da atuação institucional

Justiça Retributiva  **Restaurativa**

Penalizar o ofensor, humilhar, excluir do convívio

Cuidar das necessidades e dos contextos de todos os envolvidos na situação problemática, principalmente da/s vítimas.

Deslocamento do ato de responsabilização

Justiça Retributiva



Restaurativa

O ofensor é
responsabilizado
- é passivo

As pessoas assumem
responsabilidades
pela situação.
Chamadas à ação.

O Responsabilizar-se, movimento interior possível pelo processo dialógico reflexivo e do confronto com os **danos** reais e com **a dor** causada.

Deslocamento do dar respostas ao oferecer perguntas

Justiça Retributiva



Restaurativa

Do saber, responder, decidir e encaminhar como expressão de saber e poder.

Ao expressar o não saber, o interesse e curiosidade genuínos, para oferecer uma interação que estimule a reflexão por meio de boas perguntas.

Deslocamento do enfoque em sujeitos (coletivos)

Justiça Retributiva  **Restaurativa**

Individual centrado no
EU,
os MEUS
X
Eles

Coletividade humana
que é chamada a
conviver nesse **meio**
social e ambiental,

Deslocamento do olhar

Justiça Retributiva



Restaurativa

Dos fatos visíveis,
quantificáveis, objetivos

A dimensões invisíveis,
subjetivas:

Sentimentos,

Valores,

Necessidades

Deslocamento da análise

Justiça Retributiva



Restaurativa

Da violência
interpessoal (visível),
exposta na mídia

Para a violência
institucional
estrutural
cultural
histórica
ambiental,
historicamente silenciada

Deslocamento do lugar

Justiça Retributiva



Restaurativa

Da atuação do e no
judiciário como lugar de
de-cisão,
relações
hierarquizadas de
dominação e
submissão

Para a comunidade, onde
existe a possibilidade de
diálogo para a
construção de relações
que respeitam direitos e
necessidades

Princípios da JR do CNJ

Art 2º Resolução 225 do CNJ, datada de 31/05/2016

- corresponsabilidade,
- reparação dos danos,
- atendimento às necessidades de todos os envolvidos,
- informalidade,
- voluntariedade,
- imparcialidade,
- participação,
- empoderamento,
- consensualidade,
- confidencialidade,
- celeridade
- urbanidade



Princípios da Justiça Restaurativa Comunitária

- Diálogo
- Participação
- Empoderamento
- Cuidado e autocuidado
- Corresponsabilidade social e individual
- Atendimento a necessidades
- Reparação / Consideração de danos
- Construção de relações justas
- Respeito à diversidade de identidades
- Afirmação da igualdade de direitos

Princípios da Justiça Restaurativa

Fórum JR Comunitária CDHEP

1. Atendimento a necessidades
2. Corresponsabilidade social e individual
3. Empoderamento
4. Participação
5. Consideração / Reparação de danos
6. Respeito à diversidade de identidades
7. Afirmação da igualdade de direitos
8. Construção de relações justas
9. Cuidado e autocuidado
10. Diálogo

Conselho Nacional de Justiça

1. Atendimento às necessidades de todos os envolvidos,
2. Corresponsabilidade,
3. Empoderamento,
4. Participação,
5. Reparação dos danos,
6. Imparcialidade,
7. Informalidade,
8. Urbanidade
9. Voluntariedade,
10. Celeridade
11. Confidencialidade,
12. Consensualidade,

Faces da violência



Visível

- interpessoal

Invisível

- Psicológica
- Institucional
- Estrutural
- Cultural
- Histórica
- Ambiental

